



EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM DO FORO ESPECIALIZADO DA 1ª, 2ª E 7ª RAJs – SÃO PAULO

Proc. nº 1001022-38.2024.8.26.0260

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, na pessoa do advogado **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial das sociedades empresárias **COMÉRCIO DE PNEUS VALETÃO LTDA.**, **IMPÉRIO SETE COMÉRCIO DE PNEUS LTDA.**, **PEDRA PRETA COBRANÇAS LTDA.** e **RODA AZUL COBRANÇAS LTDA.**, que integram o **Grupo Valetão**, nos autos da **Recuperação Judicial** em epígrafe, vem a Vossa Excelência apresentar a **Relação de Credores retificada pelo Administrador Judicial**, na forma do art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com base nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores e na análise da documentação comercial e fiscal das sociedades Recuperandas, conforme passa a expor.

I. Das habilitações e divergências apresentadas pelos credores

01. Publicado regularmente o Edital previsto no art. 52, §1º da LRF, em 19 de julho de 2024, referente à relação de credores apresentada nos autos pelas sociedades em recuperação, *restou inaugurada a fase administrativa de verificação dos créditos*, em que eventuais habilitações ou divergências de crédito são apresentadas diretamente à Administração Judicial pelos interessados.



02. Averbese-se que a relação de credores a ser considerada para todos os fins não será aquela que instruiu a inicial, mas, sim, aquela apresentada às fls. 1.068-1.095.

03. Assim é que o Administrador Judicial enviou regularmente as correspondências aludidas no art. 22, I, alínea "a" da Lei 11.101/2005, e, posteriormente, recebeu as habilitações e divergências de crédito diretamente através do endereço de correio eletrônico valetao@mcaa.adv.br, tendo realizado a verificação competente.

04. Registre-se que foram recebidas por esse Administrador Judicial, de forma tempestiva, 18 (dezoito) divergências e 01 (uma) habilitação de crédito administrativas, através de e-mails enviados ao endereço valetao@mcaa.adv.br, todas referentes a credores insertos nas classes de créditos trabalhistas, quirografários e microempresas e empresas de pequeno porte.

05. Nessa ordem de ideias, tendo sido devidamente recebidas essas dezoito divergências e uma habilitação de crédito por este Administrador Judicial, foram todas devidamente analisadas com fundamento na documentação apresentada pelos credores, bem como na documentação comercial e fiscal das devedoras. Ao final, a relação de credores foi saneada administrativamente, mediante a adoção de critérios objetivos, os quais expõe a seguir, dando-se a necessária publicidade, para conhecimento de todos os interessados.

06. Por fim, apresenta a Relação de Credores do Administrador Judicial, quer dizer, a relação de credores *retificada*, nos termos do art. 7º, §2º, da LRF, que servirá de base para a publicação do segundo Edital contendo a relação de credores, com a devida divisão dos mesmos nas classes previstas pelo art. 41 do mesmo diploma.

II. Dos critérios objetivos adotados pelo Administrador Judicial, para a análise da lista de credores e das habilitações e divergências apresentadas

07. Como é de conhecimento, o art. 9º da LRF elenca, em seus incisos, os requisitos necessários à análise dos créditos a serem habilitados ou retificados em sede de verificação administrativa, *in verbis*:



Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:

- I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;
- II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;
- III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas;
- IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;
- V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

08. Nessa linha, adotou-se como premissa, por estrita determinação legal, a verificação dos créditos cujas habilitações e divergências identifiquem adequadamente o credor e estejam instruídas com os títulos que fundamentam o crédito e com a memória de cálculo que indique sua atualização, até a data do requerimento de recuperação judicial.

09. Quanto aos créditos cujos títulos possuem cláusula de garantia por alienação fiduciária de bens móveis, optou o legislador ordinário por excluí-los da regra geral de sujeição aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da LRF, de seguinte redação:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...)

§3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de



proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (grifos nossos)

10. Segundo o escólio da professora Maria Helena Diniz,

(...) alienação fiduciária em garantia consiste na transferência feita pelo devedor ao credor da propriedade resolúvel e da posse indireta de um bem infungível (CC, art. 1361) ou de um bem imóvel (Lei nº 9514/97, arts. 22 a 33), como garantia do seu débito, resolvendo-se o direito do adquirente com o adimplemento da obrigação, ou melhor, com o pagamento da dívida garantida. (DINIZ, Maria Helena. *In* “Curso de Direito Civil Brasileiro”, 19ª edição, São Paulo, ed. Saraiva).

11. Além disso, é requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de bens infungíveis o seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”), de seguinte teor:

Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do



devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro. (grifo nosso)

12. No que se refere às demais hipóteses de constituição da propriedade fiduciária, nosso Código Civil preceitua que os requisitos necessários deverão ser adimplidos mediante as disciplinas impostas pelas respectivas leis especiais, conforme preconizado em seu art. 1.368-A, que assim dispõe:

Art. 1.368-A. As demais espécies de propriedade fiduciária ou de titularidade fiduciária submetem-se à disciplina específica das respectivas leis especiais, somente se aplicando as disposições deste Código naquilo que não for incompatível com a legislação especial.

13. Com relação à alienação fiduciária sobre coisas fungíveis, nos termos do art. 66-B da Lei 4.728/65 c/c art. 42 da Lei 10.931/04, é necessário que se proceda ao devido registro do contrato no cartório competente. *Verbis*:

Lei 4.728/65 - Art. 66-B: O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.

Lei 10931/04 - Art. 42: A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário não dependem de registro, **mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas por esta Lei.**



14. Nada obstante à previsão legal supracitada, o e. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.629.470 – MS, de Relatoria da e. Ministra Maria Isabel Gallotti, gizou a desnecessidade de registro quando a garantia prestada consiste na cessão fiduciária de direito de crédito. Veja-se:

“DIREITO CIVIL E COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITO DE CRÉDITO. REGISTRO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO PARA A CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA. CREDOR NÃO SUJEITO Á RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. **1. A cessão fiduciária de título de crédito, nos termos da disciplina específica da Lei 4.728/95, com a redação dada pela Lei 10.931/2004, não depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, não se lhe aplicando a regra do art. §1º do art. 1.361 do Código Civil, regente da cessão fiduciária de coisa móvel infungível.** 2. O registro da cessão fiduciária do título de crédito pode ser necessário para salvaguardar eventual direito de terceiro a quem o título de crédito seja oponível, a saber, o devedor do título de crédito cedido pela recuperanda. Não há repercussão na esfera de direitos dos demais credores, donde a irrelevância da existência do registro para o processo de recuperação. 3. De acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem à recuperação judicial os créditos garantidos por cessão fiduciária. Precedentes. 4. Impossibilidade “de se impor restrições à propriedade fiduciária de crédito, por não se tratar de bem de capital, segundo entendimento desta Corte Superior.” (AgInt no REsp. 1.475.258- MS, rel Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 20.2.2017). 5. Recurso especial conhecido e provido.” (RECURSO ESPECIAL nº 1.629.470 – MS, 2ª Seção – STJ – Julgamento em 30 de novembro de 2021 – Publicação em 17 de dezembro de 2021) (grifos nossos)



15. Por sua vez, na hipótese da propriedade fiduciária recair sobre bem imóvel, o contrato que impõe a transferência da propriedade resolúvel deverá ser registrado no competente Registro de Imóvel dos respectivos bens afetados, conforme previsto na legislação especial atinente ao tema, como se infere do art. 23 da Lei 9.514/1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e incidência da propriedade fiduciária sobre bens imóveis, *in verbis*:

Art. 23. Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.

Parágrafo único. Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

16. Depreende-se, então, que o arcabouço legislativo atinente à modalidade de propriedade fiduciária restou devidamente positivado em total atenção à natureza de direito real atribuída à espécie, que possui por característica principal sua oponibilidade perante terceiros, que não há, por seu turno, como subsistir sem a realização de seu registro, como se verifica nas palavras de MARCELO SACRAMONE, a saber:

O proprietário fiduciário não se submete à recuperação judicial, por ter verdadeiro “direito real em garantia” e não um “direito real de garantia”. Ao credor é atribuída a propriedade da coisa para a garantia de um negócio jurídico principal. Difere-se esse direito de propriedade fiduciária sobre a coisa dos direitos reais de garantia, como a hipoteca, o penhor e a anticrese. Nestes, o credor tem um direito real sobre o bem do devedor, enquanto na propriedade fiduciária o credor tem um direito real sobre bem próprio, de sua propriedade, ainda que resolúvel. (...)

Como oponibilidade de terceiros é característica do direito real, ela não poderia ocorrer caso o registro não fosse feito. A falta de

registro, mais do que impedir a publicidade perante terceiros, não permite que entre as próprias partes seja constituída a propriedade fiduciária, porque não se pode ter um direito real não oponível a terceiros.

No tocante à propriedade fiduciária de bens móveis infungíveis, a obrigação de registro é expressa no art. 1.361, §1º, do Código Civil. Nos bens móveis fungíveis ou direitos, a Lei n.º 4.728/65 não disciplina expressamente a exigência do registro. A exigência do registro, entretanto, é requisito para todos os tipos de propriedade fiduciária. Isso porque, como forma de garantia da obrigação principal, a propriedade será transferida apenas de modo resolúvel, o que impediria que os demais credores fossem satisfeitos com a liquidação do ativo transferido, enquanto este permanecer na propriedade do credor. (grifos não constantes do original) (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 206 e 209.)

17. No mesmo sentido, dispõe o Verbete de Súmula nº 60, do e. Tribunal de Justiça de São Paulo, *litteris*: “A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor”, o que torna indene de dúvidas a necessidade da efetivação regular do registro para fins de constituição da alienação fiduciária de bens móveis.

18. A oponibilidade perante terceiros é elemento curial no contexto do processo de recuperação judicial, pois sendo este, em última análise, um processo que reúne uma coletividade de credores, tem-se que a propriedade fiduciária deverá se encontrar devidamente performada quando do requerimento de recuperação, pois não tendo a mesma sido devidamente constituída, não se presume a existência de uma propriedade, mas tão somente de um crédito, pelo qual sujeitar-se-á aos efeitos preconizados pelo caput do art. 49 da LRF, conforme menciona o eminente ex-magistrado, professor LUIZ ROBERTO AYOUB, em obra conjunta ao ilustre professor CÁSSIO CAVALLI, leia-se:



A propriedade fiduciária é constituída com o registro do contrato, nos termos do art. 1.361, §1º, do CC. Logo, se o contrato não foi registrado, não há constituição de propriedade fiduciária e, portanto, o crédito sujeita-se à recuperação judicial. Ademais, se o contrato é registrado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, o crédito permanece sujeito à recuperação judicial. (Ayoub, Luiz Roberto. Cavalli, Cássio. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016, pag. 72.)

19. Demais disso, perfaz-se também como requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária a descrição específica da coisa e/ou direito objeto da transferência, bem como os elementos indispensáveis à sua identificação, na forma do art. 1.362, IV do CC, a conferir:

Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

(...)

IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

20. Tal previsão legal, de especificação dos bens e/ou direitos ofertados em garantia para constituição da propriedade fiduciária, está igualmente corroborada pela doutrina pátria majoritária, valendo reproduzir outro relevante trecho da supracitada obra do MARCELO SACRAMONE, *in verbis*:

O contrato de alienação fiduciária ou cessão fiduciária, outrossim, precisa especificar objeto cuja propriedade será transferida ao credor em garantia. Para que valha perante terceiros e não permita que o referido ativo seja envolvido na recuperação judicial e seja utilizado para o pagamento dos demais credores, a individualização



do objeto no contrato é imprescindível. A coisa deverá ser identificada, inclusive avaliada, assim como especificado devem ser todos os títulos de créditos cedidos.

Quanto a essa individualização, possível que o bem ou o crédito objeto do contrato de cessão fiduciária seja futuro (art. 458 e 1.361, §3º, do CC). O crédito futuro, nem sequer ainda contraído pelo devedor da obrigação principal, chamado de recebível a performar, poderá ser cedido fiduciariamente. Nesta hipótese, ainda que não se possa identificar todas as características do bem, a especificação do objeto do contrato deverá permitir sua identificação por terceiros quando o bem vier a existir. Caso não haja individualização dos créditos cedidos, os pressupostos da cessão fiduciária não estarão preenchidos e os créditos se submeterão à recuperação judicial como quirografários. (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 208.)

21. Uma vez preenchidos os requisitos elencados acima, portanto devidamente constituída a propriedade fiduciária, a configurar a hipótese de exceção prevista pelo art. 49, §3º da LRF, é de se anotar que “[O] saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos” perfaz crédito de natureza quirografária, sujeito, assim, à recuperação judicial, na forma do Enunciado nº 51, da Primeira Jornada de Direito Comercial.

22. Por fim, exaurindo-se o tema, resta pacífico o entendimento pela sujeição aos efeitos da recuperação judicial, quanto aos créditos garantidos por propriedade fiduciária que recaia sobre bem de capital essencial ao desenvolvimento da atividade produtiva da sociedade Recuperanda, visto que a retirada de tais bens desencadearia inevitável insucesso ao projeto de soerguimento econômico almejado, conforme leciona o mesmo professor LUIZ ROBERTO AYOUB, na forma de trecho de obra de sua lavra que, novamente, traz-se à colação:



O que se busca, aqui, é preservar a empresa. São bens de capital essenciais à atividade, por exemplo, "máquina de brunir e de um forno industrial a gás" no caso em que "a sociedade empresarial agravada tem como atividade principal a fabricação de peças e motores de combustão e transmissões mecânicas, em que o maquinário objeto da ação de busca e apreensão em comento denota-se fundamental, essencial para o exercício das atividades empresariais destacadas". Ademais, já se decidiu que deve ser revogada liminar de reintegração de posse de máquina vendida com reserva de domínio, ante notícia de deferimento de processamento da recuperação judicial do devedor. (Grifo nosso) (Obra citada, p. 138 e 139)

23. Inclusive, o e. Superior Tribunal de Justiça já se debruçou sobre o tema, circunstância pela qual compreendeu pela subsunção do crédito garantido aos efeitos da recuperação judicial quando da ocorrência da hipótese ventilada, conforme dicção prestada pelo aresto abaixo, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade Recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AgInt no CC nº 149.561, Min. Rel. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 22.08.2018)



VOTO

(...) Interpretando tal dispositivo da Lei de Quebras, esta Corte Superior sedimentou posicionamento no sentido de que quaisquer atos judiciais, que possam colocar em risco a eficácia do plano de recuperação, devem ser submetidos ao crivo do Juízo universal. Nessa linha de raciocínio, também consolidou a tese de que o **Juízo universal é o competente para decidir acerca da essencialidade do bem, ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, afastando-se, desse modo, a exceção do § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005. Outrossim, dentro de suas competências, insere-se a definição acerca do caráter extraconcursal das dívidas contraídas pela Recuperanda a esse título**, de modo que, estando os bens litigiosos em posse da suscitante (fl. 672), e tendo o Juízo da recuperação já declarado a sua essencialidade ao soerguimento da empresa, há de prevalecer o entendimento desta Corte Superior sobre a questão. (grifos nossos)

24. No que toca especificamente ao crédito garantido por cessão fiduciária de recebíveis, de acordo com o entendimento do Ilustre Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, esposado no julgamento do REsp nº 1.758.746-GO, o "bem de capital" que a LRF se refere é aquele bem corpóreo (móvel ou imóvel) utilizado no processo de produção da empresa e que, portanto, esteja em sua posse, divergindo, desta maneira, desse conceito, a cessão fiduciária de recebíveis. Esta é a ementa do REsp. em referência:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA, COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49



DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO "BEM DE CAPITAL". NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECID. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A Lei n. 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os "bens de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial, permaneceriam na posse da Recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da Recuperanda. 2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Constata-se, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da Recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio e na lei não há dizeres inúteis falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário. 3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa. 4. Por meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do



direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da Recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção judicial para esse propósito (liberação da trava bancária). 5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-seia absolutamente frustrada, caso se pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo "bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, chancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresso, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação judicial. 6. Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa Recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period. 6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da Recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária. 7. Recurso especial provido. (REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

25. Na mesma linha, veja-se o entendimento doutrinário predominante:

“2.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais De acordo com o art. 52, inc. III, da LREF as ações e execuções dos credores proprietários – aqueles mencionados nos §§ 3º e 4º do art. 49 da LREF (proprietário fiduciário, arrendador mercantil, entre outros) - não se suspendem durante o período de proteção (stay period). Mesmo assim, durante o período de proteção, eventual ação visando à retomada do bem fica suspensa se este puder ser enquadrado no conceito de "bem de capital essencial a atividade empresarial" (art. 6º, § 4º c/c 49, § 3º) Acredita-se que o legislador empregou a expressão "bem de capital" da forma mais ampla possível (art. 49, § 3º da LREF). Logo, os bens de capital do devedor seriam aqueles tangíveis de produção, como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos, entre outros empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da Recuperanda. Nesses termos, já foram considerados bens essenciais à atividade da empresa os imóveis da sede e da planta industrial Recuperanda, bem como veículo (caminhão) utilizado por empresa de transportes e maquinários afeito ao processo produtivo de determinada indústria, entre tantos outros. De qualquer forma, não basta a mera alegação de que o bem é essencial à recuperação judicial; é indispensável que o devedor comprove ao juiz as características/qualidades técnicas do bem, aquelas que o tornam imprescindível para o exercício da atividade empresarial em questão”. (João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea, Almedina, São Paulo, 2016, p. 285/287)

26. Entretanto, apesar de o e. Superior Tribunal de Justiça possuir a posição de que o crédito garantido por cessão fiduciária não se sujeita aos efeitos do processo de recuperação judicial, não se pode olvidar que o emprego da denominada “trava bancária” possui efeito negativo que, na grande maioria dos casos, ocasiona a inviabilização do processo de recuperação da empresa.



27. Assim, constitui pilar fundamental da LRF o princípio da preservação da empresa e de sua função social, sob o qual também estão amparados os interesses de todos os demais envolvidos no processo de superação da crise econômico-financeira da empresa, de modo que, ao art. 49, §3º da LRF deve ser conferida interpretação que não se distancie dos seus próprios princípios, cujo fim último é o de preservar a empresa.

28. Neste sentido, o interesse do credor fiduciário deve ser ponderado com o Princípio da Preservação da Empresa, assim como com os interesses de todos os demais credores envolvidos no processo recuperacional, de modo que a medida mais razoável e proporcional nessas situações é a mitigação parcial da “trava bancária”, quando o crédito possuir garantia de cessão fiduciária de recebíveis. É justamente esse o entendimento esposado em reiterados julgamentos realizados pelo e. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. **LIBERAÇÃO PARCIAL DE TRAVAS BANCÁRIAS.** MULTA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. O juízo de origem determinou a suspensão do curso das ações e execuções pendentes em face da requerente e de seu sócio. Todavia, a suspensão somente se estende ao sócio solidário, presente nas sociedades em que a responsabilidade pessoal é ilimitada, o que não é o caso da agravada. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Em sede de agravo de instrumento interposto pelo Banco Safra S. A. contra a mesma decisão ora impugnada, esta Egrégia Oitava Câmara Cível decidiu pela manutenção da liberação parcial das travas bancárias. **Embora o crédito garantido por cessão fiduciária, em regra, não esteja submetido à recuperação judicial, a utilização da trava bancária poderia obstaculizar o êxito da recuperação. A decisão deve ser mantida neste particular, considerando a essencialidade dos valores e o princípio da preservação da empresa. Precedentes desta Corte Estadual.** No que tange à determinação da suspensão dos débitos automáticos, também se revelou correta, de modo a viabilizar a possibilidade de recuperação da agravada. Multa fixada para



cumprimento de obrigação de fazer que deve ser suficiente para compelir o devedor a cumprir a obrigação, mas sem que atinja um patamar excessivo, sob pena de configurar enriquecimento sem causa. Deve ser considerada também a natureza das obrigações e as partes envolvidas, em especial diversas instituições financeiras, para as quais uma multa fixada em patamar mais baixo poderia ser insuficiente. O valor arbitrado, na quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por dia, revelou-se razoável e adequado ao caso em análise. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO para afastar a determinação de suspensão das ações e execuções em face dos sócios da Recuperanda. (0015932- 67.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Augusto Alves Moreira Junior - Julgamento: 14/02/2017 - Oitava Câmara Cível) (alguns grifos não integram o original)

EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **LEVANTAMENTO DA CHAMADA "TRAVA BANCÁRIA", VALORES QUE CONSTITUEM PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA**, E, COMO TAIS, SUBMETEM-SE AO REGIME DO ART. 49, §3º DA LEI 11.101/2005, QUE EXCLUI O REFERIDO CRÉDITO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO DA NORMA COM O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA**. LEVANTAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADO NO LIMITE DE 60% DOS RECEBÍVEIS, PARA, DE UM LADO, ATENDER À LEI DE REGÊNCIA, E, DE OUTRO, PERMITIR O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO REMANESCENTE COMO QUIROGRAFÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (0059541-03.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Custódio De Barros Tostes - Julgamento: 25/04/2017 - Primeira Câmara Cível) (grifamos)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. **Antecipação dos efeitos da tutela deferida para a parcial liberação de "trava**



bancária", decorrente de mútuo avençado com cessão fiduciária de direitos creditórios. Irresignação. Possibilidade de solução monocrática. Verbete nº 59 da Súmula da Jurisprudência Predominante deste Egrégio Tribunal de Justiça. Decisum que apresenta a necessária fundamentação, amparada em interpretação da legislação pertinente conferida pelos Tribunais pátrios e nas provas dos autos, e que não se revela extravagante diante dos contornos da matéria apreciada. **Procedimento recuperatório respaldado nos Princípios da Preservação da Empresa e da sua Função Social. Finalidade precípua que consiste em viabilizar o soerguimento e reestruturação da Demandante, com o intuito de preservar o interesse daqueles atingidos por sua debilidade financeira - trabalhadores, credores e sociedade -, por meio de concessão de lapso temporal para a elaboração de plano de saneamento, bem como de medidas legais inibitórias da redução do seu patrimônio por atos de constrição no período.** Controvérsia acerca da natureza dos créditos que não afasta a vedação legal ao esvaziamento da empresa Recuperanda quanto aos bens necessários à manutenção de sua atividade econômica. Inteligência da norma limitadora de direitos prevista no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05. Regra de exceção, cuja boa hermenêutica impõe interpretação restritiva, vedada qualquer forma de presunção, analogia ou ampliação. **Imprescindibilidade do destravamento dos valores retidos ao cumprimento do programa recuperatório. Imperativa ponderação dos interesses conflitantes que conduz à necessária prevalência, por ora, do objetivo prioritário da legislação regente sobre a pretensão da Agravante quanto à imediata satisfação de seu crédito. Precedentes desta Colenda Corte.** Manutenção da decisão agravada que se impõe. Desprovidimento do recurso, com fulcro no art. 932, IV, "a", do CPC. (0038015-14.2015.8.19.0000 - AI, Des(A). Sérgio Nogueira De Azeredo - Julgamento: 05/04/2016 - Décima Nona Câmara Cível) (grifos não integram o original).

29. Sendo assim, fixados objetivamente os critérios adotados por esta Administração Judicial, passa-se à análise específica de cada uma das 18 (dezoito) divergências e 01 (uma) habilitação de crédito administrativas, apresentadas pelos credores das Recuperandas.

30. Por derradeiro, cumpre elucidar que, com o objetivo de promover maior efetividade ao procedimento de apuração do passivo adotado pela Administração Judicial, foi oportunizado o contraditório às Recuperandas quanto às habilitações e divergências administrativas.

III. Da análise das habilitações e divergências apresentadas

III.1 Classe I – Créditos trabalhistas

Gonçalves e Bruno Sociedade de Advogados

31. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Gonçalves e Bruno Sociedade de Advogados, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão do crédito no valor de R\$ 36.220,07 (trinta e seis mil duzentos e vinte reais e sete centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas).

32. Em suas razões, afirma que seu crédito é oriundo de duas condenações da Recuperanda Comércio de Pneus Valetão Ltda. em honorários sucumbenciais, no âmbito dos processos nº 0003801-41.2024.8.26.0564 e 1026954-23.2023.8.26.0564, nos valores de R\$ 17.405,16 (dezessete mil quatrocentos e cinco reais e dezesseis centavos) e R\$ 18.814,91 (dezoito mil oitocentos e quatorze reais e noventa e um centavos), respectivamente, *atualizados até a data do pedido de recuperação judicial*.

33. Na instrução da habilitação, a Requerente apresentou, além dos documentos de representação, o formulário de divergência, bem como cópias do processo principal nº 1026957-75.2023.8.26.0564, do cumprimento de sentença nº 0003801-41.2024.8.26.0564 e planilha de débitos, deixando de juntar cópia do processo nº 1026954-23.2023.8.26.0564, que alega ter dado origem ao crédito no valor de R\$ 18.814,91.



34. Ao diligenciar nos referidos autos, que tramitam de forma eletrônica, foi possível verificar que ainda há recurso pendente de julgamento perante a e. 12ª Câmara de Direito Privado deste e. TJSP.

35. Contudo, em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram sua não oposição ao pleito da credora, desde que os valores estejam corretamente atualizados até a data do pedido de recuperação judicial.

36. Assim, considerando a concordância da parte devedora, esta Administração Judicial acolhe a habilitação, para que passe a constar o valor total de R\$36.220,07 (trinta e seis mil duzentos e vinte reais e sete centavos) em favor de Gonçalves e Bruno Sociedade de Advogados, na classe I (trabalhistas).

III.2 Classe III – Créditos quirografários

III.2.a Banco ABC Brasil S/A

37. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco ABC Brasil S/A, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 770.117,98 (setecentos e setenta mil cento e dezessete reais e noventa e oito centavos), afirmando que, na verdade, lhe é devido o valor de R\$ 1.189.586,44 (um milhão cento e oitenta e nove mil quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

38. Aduz, ainda, que seu crédito deve ser reclassificado, eis que se trata de credor não sujeito aos efeitos da recuperação judicial, na forma do art. 49, §3º, da LRF.

39. Em suas razões, o Banco ABC afirma que seu crédito decorre da Cédula de Crédito Bancário nº 7824020, garantida pelo *Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Duplicatas e Direitos nº 7824020*, cujo saldo devedor em aberto na data do pedido de recuperação judicial, 13 de maio de 2024, corresponde ao valor de R\$1.189.586,44.



40. Ressalta que, em razão da garantia fiduciária, seu crédito é classificado como extraconcursal, não estando sujeito, portanto, a *par conditio creditorum*.

41. Informa, por fim, que o crédito objeto da referida cédula, como lhe faculta o instrumento contratual e autorizado pelo §3º do art. 49 c/c art. 59 da LRF, está sendo cobrado, em paralelo, no processo nº 1106069-64.2022.8.26.0100, comprometendo-se a comunicar na hipótese de eventual recebimento para compensação, evitando-se o recebimento em duplicidade.

42. Em anexo à divergência, a referida Instituição Financeira apresentou o contrato nº 7824020, firmando com a Recuperanda Império Sete Comércio de Pneus Ltda., no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), aditamento respectivo, instrumento particular de cessão fiduciária, planilha de débitos e extrato da Execução ajuizada em face da Recuperanda.

43. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram entendimento de que a cessão fiduciária de créditos futuros se sujeita a regime jurídico análogo ao da compra e venda de coisa futura, não havendo, nessa linha, propriedade sobre algo que ainda não existe.

44. Sustentam que a cessão fiduciária em garantia de crédito futuro não transfere, desde logo, a propriedade do crédito não existente – ainda não constituído – ao credor fiduciário.

45. As Recuperandas asseveram que, embora válida a cessão, a constituição da propriedade fiduciária fica sujeita ao implemento de condição suspensiva, qual seja, a constituição do crédito cedido em garantia.

46. Alegam que a existência de propriedade fiduciária, para o fim de se aplicar a regra prevista no § 3º, do art. 49 da LRF, deve ser aferida na data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, sendo certo que, não havendo propriedade fiduciária constituída até a data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, aplica-se a regra geral do art. 49, caput, da LRF.



47. Concluem que os créditos cedidos fiduciariamente em garantia e performados até a data do ajuizamento da recuperação judicial são propriedade do credor fiduciário, estando, portanto, abarcados pelo § 3º, do art. 49, da LRF, o que não seria o caso do Banco ABC, que possui créditos não performados, e, via de consequência, sujeitos ao regime recuperacional.

48. Por fim, opinam pela manutenção do crédito na relação de credores, e exaram não oposição à retificação do valor, desde que atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

49. Da análise dos documentos em questão, verifica-se que a garantia ofertada ao Banco ABC consiste em direitos creditórios oriundos de duplicatas – estas não apresentadas – e de conta vinculada indicada no item IX do aludido instrumento, conforme excerto abaixo:

<p>IX. CONTA(S) VINCULADA(S):</p> <p>Agência nº 1 Conta Vinculada nº 22229290 Banco nº 246 – Banco ABC Brasil S.A. Titular: IMPERIO SETE COMERCIO DE PNEUS LTDA</p>

50. Com efeito, os valores insertos na conta vinculada, decerto, são essenciais ao soerguimento das Recuperandas, não havendo dúvidas de que a sua retirada, para fins de satisfação do crédito do Banco ABC, em detrimento dos demais credores, poderá culminar no insucesso da presente recuperação judicial. Isto redundaria, pois, na necessidade de manutenção do crédito na classe quirografária, para recebimento na forma do Plano de Recuperação Judicial.

51. Quanto ao montante indicado pelo credor como devido, esta Administração Judicial entende que os documentos apresentados são suficientes para a sua comprovação, tendo sido possível conciliar os termos do aditamento ao contrato nº7824020 com os valores constantes da planilha de débitos apresentada pelo credor, bem como confirmar a correta aplicação dos encargos (juros de mora, multa e juros compensatórios).



52. Nessa ordem de ideias, com base nas premissas objetivas adotadas para análise das habilitações e divergências, acolhe-se parcialmente a divergência, de modo que passe a constar o valor de R\$ 1.189.586,44 (um milhão cento e oitenta e nove mil quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) em favor do Banco ABC Brasil S/A, mantida a classe III (quirografários), tendo em vista a essencialidade dos valores objeto da garantia.

III.2.b Banco do Brasil S/A

53. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco do Brasil S/A, através de correio eletrônico, por meio da qual manifesta discordância ao valor dos créditos listados em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), sendo R\$70.583,29 (setenta mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos) em face da Império Sete, e R\$ 763.565,25 (setecentos e sessenta e três mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) em face da Pneus Valetão, afirmando que o montante correto corresponde a R\$2.768.497,86 (dois milhões setecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos).

54. Em suas razões, o Banco do Brasil aduz que seu crédito tem origem nos seguintes contratos:

• RECUPERANDA COMERCIO DE PNEUS VALETAO LTDA - CNPJ: 51.958.452/0001-11:

OPERAÇÕES	OPERAÇÃO Nº. (CONTRATO)	SALDO DEVEDOR (R\$)
BB CAPITAL DE GIRO DIGITAL	335703082	1.039.311,64
TARIFAS	50106	3.315,00

• RECUPERANDA IMPERIO SETE COMERCIO DE PNEUS LTDA - CNPJ: 15.666.214/0001-79:

OPERAÇÕES	OPERAÇÃO Nº. (CONTRATO)	SALDO DEVEDOR (R\$)
BB CAPITAL DE GIRO DIGITAL	335703083	1.723.082,20
TARIFAS	5380	2.336,00

• RECUPERANDA IMPERIO SETE COMERCIO DE PNEUS LTDA CNPJ: 15.666.214/0003-30:

OPERAÇÕES	OPERAÇÃO Nº. (CONTRATO)	SALDO DEVEDOR (R\$)
TARIFAS	5392	453,02



55. Em anexo à divergência, apresenta as Cédulas de Crédito Bancário nº335.703.082 e 335.703.083, firmadas com as Recuperandas Pneus Valetão e Império Sete, respectivamente, os demonstrativos de conta vinculada a cada operação, bem como termos de adesão aos pacotes de serviços relativos às tarifas bancárias.

56. Contudo, a despeito da apresentação da documentação supracitada, não foi possível conciliar os valores indicados nos extratos das contas vinculadas com as parcelas indicadas em cada contrato, tratando-se de documentos de difícil inteligência, sobretudo acerca de como se alcançou o total líquido indicado pelo credor.

57. As Recuperandas, por sua vez, em contraditório administrativo, informaram que, com relação ao contrato nº 335703082, na exordial do processo nº1010987-35.2023.8.26.0564, o Banco informou o saldo devedor de R\$ 919.473,34, sendo que, analisando-se a planilha de cálculos apresentado naqueles autos e a planilha enviada com a divergência de crédito, não é possível entender qual o racional utilizado pelo credor, pois as planilhas contêm diferentes valores para as mesmas datas. Confira-se:

Planilha extraída do processo 1010987-35.2023.8.26.0564 – fls. 68

16.12.2022	Juros de Mora	-	-8.316,28			-839.944,59	-839.944,59
27.12.2022	AMORTIZACAO	-		9.379,75		-830.564,84	-830.564,84
16.01.2023	Encargos Básicos	-	-5.753,91			-836.318,75	-836.318,75
16.01.2023	Encargos Adicionais	-	-3.396,75			-839.715,50	-839.715,50
16.01.2023	Juros de Mora	-	-8.713,26			-848.428,76	-848.428,76

Planilha enviada com a divergência:

27.12.2022	AMORTIZACAO	-		9.379,75		-896.954,38	-896.954,38
16.01.2023	Correção monetária	-	-7.504,87			-704.459,25	-704.459,25
16.01.2023	Juros	-	-2.770,02			-707.229,27	-707.229,27

58. Além disso, as Recuperandas elucidam que, quanto ao contrato nº335703083, o montante apresentado pelo credor lhes causou surpresa, uma vez que na inicial do processo nº 1018991-61.2023.8.26.0564 foi informado o saldo devedor de apenas R\$ 190.169,55, pelo que entendem ser este o valor devido, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

59. Ante o exposto, diante da impossibilidade de se atestar qual o montante efetivamente devido ao Banco do Brasil S/A, esta Administração Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o total de R\$ 834.148,54 (oitocentos e trinta e quatro mil cento e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), na classe III (quirografários).

III.2.c Jéssica Luana de Lima Zacharias

60. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Jéssica Luana de Lima Zacharias, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), e afirma que a quantia correta corresponde a R\$201.216,67 (duzentos e um mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

61. Em suas razões, a referida credora afirma ser proprietária de imóvel comercial situado na Avenida Goiás, nº 3.187, Barcelona, São Caetano do Sul-SP, que encontra locado à Recuperanda Pneus Valetão, esta que lhe deve aluguéis vencidos e não pagos relativos ao período de julho de 2023 a maio de 2024, e que o valor arrolado em seu favor teria deixado de considerar o aluguel correspondente ao mês de abril de 2024, vencido em maio, bem como a correção monetária e encargos moratórios incidentes até a data do pedido de recuperação judicial, 13 de maio de 2024, na forma do art. 9º, II, da LRF.

62. Aduz, adicionalmente, que o valor do aluguel vencido em junho de 2023 teria sido lançado equivocadamente, haja vista o pagamento parcial de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

63. A credora elucida que os aluguéis ajustados pelas partes vencem todo dia 10, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), e que, após o vencimento, devem ser corrigidos pelo IPG-M e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, além de multa de 10%. Alega, outrossim, que, em razão da necessidade de realizar cobrança pela via judicial (processos nº 1007378-41.2023.8.26.0565 e 1007379-26.2023.8.26.0565), são devidos 20% a título de honorários sobre o valor do débito, e que foram fixados honorários de 10% em execução.

64. Por fim, sinaliza a existência de débito de IPTU em aberto, dos anos de 2022 a 2024.



65. Na instrução da divergência, apresentou (i) o contrato de locação firmado entre a Recuperanda Pneus Valetão e Sérgio Zacharias Administração e Participações Ltda. em novembro de 2010, (ii) certidão de ônus reais do imóvel, onde consta a transmissão da nua propriedade à Jéssica Luana de Lima Zacharias em outubro de 2017, (iii) sentença proferida na Ação de Despejo nº 1007378-41.2023.8.26.0565, (iv) decisão proferida na Execução nº 1007379-26.2023.8.26.0565, (v) planilha de débitos, (vi) documentos atinentes à dívida de IPTU, e (vii) comprovantes de pagamento parcial dos aluguéis.

66. Ocorre que, a despeito da juntada dos documentos *supra*, não foi possível conciliá-los com as informações passadas pela credora. A título de exemplo, cita-se o valor dos aluguéis mensais, que, de acordo com o que constou nas razões da divergência, era de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), enquanto na Cláusula 3ª do contrato de locação é de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), com desconto de R\$1.000,00 (um mil reais) nos primeiros doze meses. Veja-se:

ALUGUEL MENSAL

CLÁUSULA 3ª: O valor do aluguel mensal inicial, devido desde a data da assinatura do presente instrumento, é de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), sujeito à incidência de correção monetária. Além do valor acima, integrarão o aluguel mensal os demais encargos estabelecidos neste contrato.

Parágrafo 1º: A LOCADORA concede desconto de R\$1.000,00 (hum mil reais) do aluguel, nos 12 (doze) primeiros meses desta locação por conta das benfeitorias que serão realizadas no imóvel, nos termos da cláusula 10ª, parágrafo 1º.

67. A ausência de juntada dos boletos-carnês de cobrança que eram enviados à Recuperanda impossibilita a verificação do *quantum* efetivamente devido, para fins de aplicação dos encargos e atualização até a data do pedido de recuperação judicial.



68. A despeito da incompletude dos documentos, as Recuperandas, em contraditório administrativo, não se opuseram à divergência, desde que os valores estejam atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, *o que se verifica no presente caso.*

69. Ante o exposto, este Administrador Judicial acolhe a divergência, de modo que passe a constar o valor de R\$ 201.216,67 (duzentos e um mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), na classe III (quirografários), em favor de Jéssica Luana de Lima Zacharias.

III.2.d Red Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Real LP

70. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Red Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Real LP, por meio de correio eletrônico, na qual afirma que o crédito listado na classe III (quirografário) em favor de BMP Money Plus Sociedade de Crédito Direto S/A no valor de R\$ 2.779.925,71 (dois milhões setecentos e setenta e nove mil novecentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos), além de ser de sua titularidade, não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial.

71. O Fundo Real afirma que, em 12 de agosto de 2022, a Recuperanda Pneus Valetão emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 14386443, em favor da Money Plus, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), que posteriormente restou endossada ao Fundo.

72. Afirma, ainda, que os avalistas do contrato, Natal Frezolone e Janete Augusto Frezolone, celebraram, com anuência da Recuperanda, o *Instrumento Particular com Força de Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças* com o Fundo Real, por meio do qual alienaram fiduciariamente o imóvel de matrícula nº 42.486.

73. Assevera que o art. 49, §3º, da LRF, dispõe expressamente que os créditos garantidos por alienação fiduciária não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, pelo que requer a exclusão do crédito *“arrolado em nome da BMP pelo valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)”*.



74. Em anexo à divergência, verifica-se a CCB nº 14386443, o instrumento de cessão para o Fundo Real, bem como o Instrumento de alinação fiduciária do imóvel localizado na Estrada nas Colônias, matrícula nº 42.846.

75. Na ocasião do contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas se manifestaram pela concursabilidade do crédito em questão, considerando que a garantia fiduciária é de propriedade dos sócios da Recuperanda Pneus Valetão. Nessa linha, entendem que, em se tratando de garantia pertencente a terceiros, não integrando o patrimônio das empresas em recuperação judicial, o crédito é concursal e quirografário.

76. Ao final, pugnam pela manutenção do crédito tal como lançado, com base na jurisprudência pátria e no Enunciado VI do Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial deste e. TJSP.

77. De fato, conforme destacado pelas Recuperandas, a exceção contida no art. 49, §3º, da LRF não se aplica à hipótese de crédito com garantia prestada por terceiro. Esta, inclusive, é a redação do Enunciado *supra*:

Enunciado VI – Inaplicável o disposto no art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, ao crédito com garantia prestada por terceiro, que se submete ao regime recuperacional, sem prejuízo do exercício, pelo credor, de seu direito contra o terceiro garantidor

78. Entende-se, pois, que o crédito garantido por propriedade fiduciária prestada por terceiro, com relação ao devedor em recuperação judicial, deve ser tratado como quirografário, a impor a manutenção do crédito em voga na relação de credores.

79. Dessa forma, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito listado no valor de R\$ 2.779.925,71 (dois milhões setecentos e setenta e nove mil novecentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos) na classe III (quirografários), ajustando-se, apenas, a titularidade, de modo que passe a constar o Red Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Real LP.

III.2.e Ricardo Lambert

80. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Ricardo Lambert, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão do crédito no valor de R\$175.740,09 (cento e setenta e cinco mil setecentos e quarenta reais e nove centavos) em seu favor, na classe III (quirografários).

81. Neste sentido, aduz que é credor da Recuperanda em razão da locação do imóvel localizado na Avenida José Antônio de Almeida Amazonas, nº 592, Vila Guiomar, Santo André-SP, e instrui seu pedido de habilitação com cópias do cumprimento de sentença nº 0002220-21.2024.8.26.0554, ajuizado em face da Pneus Valetão, e cópia do contrato de locação, firmado em dezembro de 2020.

82. Da análise do referido cumprimento de sentença, verifica-se que o r. Juízo da 5ª Vara Cível de Santo André-SP rejeitou a impugnação apresentada pela parte devedora, determinando o prosseguimento da execução pelo valor de R\$ 173.392,34 (cento e setenta e três mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos), atualizado até abril de 2024.

83. Confira-se no excerto abaixo:

Isto posto, **REJEITO** a **impugnação** e determino o prosseguimento do feito pelo valor de R\$ 173.392,34 atualizada até abril de 2024 (fls. 32), já incluídas as penalidades do art. 523 do CPC.

84. A quantia apontada pelo credor como devida, por sua vez, além de não condizer com aquela fixada na decisão *supra*, carece de comprovação, eis que apenas foram apresentadas as seguintes informações:



Débito em 02/2024	R\$ 140.255,70
Débito corr. monet. até 05/2024	R\$ 142.184,56
Juros de mora até 05/2024 (3%)	R\$ 4.265,54
Total parc. atualiz. em 05/2024	R\$ 146.450,09
Multa 10% (art. 523, § 1º CPC)	R\$ 14.645,00
Hono. Adv. 10% (art. 523, § 1º CPC)	R\$ 14.645,00
Total atualizado em 04/2024	R\$ 175.740,09

85. Pontua-se, por fim, que Ricardo Lambert já está listado na classe III (quirografários) pelo valor de R\$ 100.038,98 (cem mil trinta e oito reais e noventa e oito centavos), *sendo a hipótese de retificar, e não de habilitar.*

86. Cumpre informar que, em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram o pagamento das parcelas 1 a 4 (esta última, parcialmente), restando devidas as parcelas 4 (parcialmente) até a parcela 10.

87. Aduziram, ainda, que, em análise aos documentos enviados, verificaram que *os cálculos apresentados pelo credor não estão detalhados*, de modo que não se opuseram à inclusão do crédito, desde que devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

88. Assim, com base na decisão proferida no processo de nº 0002220-21.2024.8.26.0554, acolhe-se parcialmente a divergência, a fim de passe a constar o valor de R\$ 173.392,34 (cento e setenta e três mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos), em favor de Ricardo Lambert, na classe III (quirografários).

III.2.f Verisure Brasil Monitoramento de Alarmes S/A

89. A Verisure Brasil Monitoramento de Alarmes S/A enviou correspondência eletrônica a esta Administração Judicial apenas para informar que concorda com o valor do crédito lançado em seu favor, enviado em anexo uma série de notas fiscais e relação de débitos em valor histórico. Portanto, não havendo qualquer oposição ou pleito a ser analisado, esta Administração Judicial manter o credor tal como listado.

III.2.g Banco Bradesco S/A

90. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco Bradesco S/A, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), isto é, R\$ R\$ 5.064.853,30 (cinco milhões sessenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos), e afirma que o valor correto corresponde a R\$ 5.533.894,66 (cinco milhões quinhentos e trinta e três mil oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos).

91. Em suas razões, o Banco Bradesco afirma que seu crédito tem origem nos contratos nº 4035225 e 4367534, consubstanciados em *Cédulas de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro Aval*, conforme discriminado abaixo:

1-) Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro Aval – FGI/PEAC - nº 4035225

Saldo Devedor: R\$ 3.663.985,89 (três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), calculado até 13/05/2024, data do requerimento da Recuperação Judicial.

2-) Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro Aval – FGI/PEAC - nº 4367534

Saldo Devedor: R\$ 1.869.908,77 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e sete centavos), calculado até 13/05/2024, data do requerimento da Recuperação Judicial.

92. Com o fim de instruir a divergência, o Banco Bradesco apresentou os sobreditos contratos e planilhas de débitos respectivas, em cumprimento ao que determina o art. 9º, III, da LRF.

93. Da análise dos documentos apresentados pelo credor, verifica-se que os valores foram atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, 13 de maio de 2024, na forma do art. 9º, II, da LRF, e que os encargos contratuais foram corretamente aplicados, sendo eles: taxa de juros efetiva de 0,87% ao mês (contrato nº 4035225) e 0,97% ao mês (contrato nº 4367534), juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2%.



94. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância com as parcelas citadas vencidas e a vencer, discordando, contudo, do valor total reajustado e contestado pelo credor no total R\$ 5.533.894,66, pois, conforme memória de cálculo que elaboraram, o valor correto seria de R\$ 5.502.410,45 (cinco milhões quinhentos e dois mil quatrocentos e dez reais e quarenta e cinco centavos).

95. Nada obstante, como prefalado, da análise do conjunto probatório, esta Administração Judicial pôde depreender que os cálculos apresentados pelo credor estão corretos, motivo pelo qual acolhe-se a divergência, de modo que passe a constar o valor de R\$5.533.894,66 (cinco milhões quinhentos e trinta e três mil oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos) em favor do Banco Bradesco S/A, mantida a classe III (quirografários).

III.2.h Magnum Distribuidora de Pneus S/A

96. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Magnum Distribuidora de Pneus S/A, por meio de correio eletrônico, na qual afirma que o crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 294.286,99 (duzentos e noventa e quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos), deve ser retificado para o valor de R\$ 369.988,29 (trezentos e sessenta e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos).

97. Em síntese, o credor alega que seu crédito deriva de duas ações monitórias ajuizadas em face da Recuperanda Pneus Valetão, tombadas sob os números 0003801-41.2024.8.26.0564 e 1026954-23.2023.8.26.0564, para cobrança de parcelas inadimplidas de notas fiscais oriundas de vendas de mercadorias.

98. Afirma que a primeira ação se encontra em fase de cumprimento de sentença, já tendo sido constituído título executivo, de modo que o valor total atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, 13 de maio de 2024, corresponde a R\$180.011,53 (cento e oitenta mil onze reais e cinquenta e três centavos).



99. Quanto à segunda ação, aduz que está pendente de julgamento a Apelação interposta pela Recuperanda em face de sentença de procedência que constituiu título executivo judicial, cujo valor atualizado até a data da distribuição da ação recuperacional perfaz o montante de R\$ 189.976,76 (cento e oitenta e nove mil novecentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos).

100. Em anexo à divergência, o credor apresentou cópia integral das sobreditas ações, além de demonstrativo de atualização de ambos os valores até o mês de maio de 2024.

101. Da análise do pedido, esta Administração Judicial verifica que o credor apresentou toda a documentação comprobatória dos seus créditos, bem como *atualizou os referidos valores até a data do pedido de recuperação judicial*, na forma do art. 9º, II e III, da Lei 11.101/2005.

102. Vale destacar que, embora a apelação interposta nos autos do processo nº 1026954-23.2023.8.26.0564 ainda esteja pendente de julgamento, os valores discutidos naqueles autos, ou seja, aqueles referentes às notas fiscais 952 (8ª, 9ª e 10ª parcelas), 2145 (6ª, 7ª e 8ª parcelas), 1047 (8ª, 9ª e 10ª parcelas) e 875 (9ª e 10ª parcelas), foram devidamente listados pelas Recuperandas, de modo que a retificação pretendida pela credora corresponde tão somente à atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial.

103. Cumpre assinalar, outrossim, que no cálculo relativo ao processo nº 0003801-41.2024.8.26.0564 foram incluídas custas judiciais de 03 de junho de 2024, no valor de R\$ 3.778,12 (três mil setecentos e setenta e oito reais e doze centavos), cabendo breve retificação neste ponto, a fim que o valor habilitado em nome do credor corresponda tão somente aos créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial.

104. Instada a se manifestar em contraditório administrativo, as Recuperandas informaram não se opor à retificação pretendida, desde que os valores estejam atualizados até a data do pedido de recuperação judicial.

105. Assim, considerando a comprovação do crédito, nos termos do que preconiza o art. 9º, II e III, da LRF, acolhe-se a divergência apresentada, com exceção do valor referente às custas processuais *supra*, a fim de que o credor Magnum Distribuidora de Pneus S/A passe a constar como titular da quantia de R\$ 366.210,17 (trezentos e sessenta e seis mil duzentos e dez reais e dezessete centavos), na classe III (quirografários).

III.2.i Antônio Aparecido Metti e Elizabeth Dealis Bernardo

106. Trata-se de divergência de crédito apresentada conjuntamente por Antônio Aparecido Metti e Elizabeth Dealis Bernardo, por meio de correio eletrônico, credores listados na classe III (quirografários) pelos valores de R\$ 147.198,90 (cento e quarenta e sete mil cento e noventa e oito reais e noventa centavos) e R\$ 127.227,90 (cento e vinte e sete mil duzentos e vinte e sete reais e noventa centavos), respectivamente.

107. Em síntese, afirmam que o crédito deve ser retificado para o valor total de R\$ 342.237,44 (trezentos e quarenta e dois mil duzentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos), ou de R\$ 171.118,72 (cento e setenta e um mil cento e dezoito reais e setenta e dois centavos), para cada credor.

108. Em suas razões, aduzem que seu crédito tem origem no inadimplemento de aluguéis dos anos de 2022 a 2024, relativos a contrato celebrado com a Recuperanda Pneus Valetão, este que, em sua cláusula 1.2.1, prevê a cobrança de honorários advocatícios em caso de atraso no pagamento dos aluguéis.

109. Na instrução da divergência, foi apresentado o contrato de locação mencionado e a certidão de ônus reais do imóvel objeto da locação.

110. A despeito da apresentação da documentação *supra* indicada, não foram apresentados os boletos-carnês de locação que eram enviados aos locatários, para fins de verificação do *quantum* líquido efetivamente devido, *tampouco planilha de débitos corretamente atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, 13 de maio de 2024*, consoante previsão do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005.



111. Vale destacar, por fim, que houve a inclusão equivocada de valores relativos à IPTU no montante que se pretende habilitar, haja vista se tratar de crédito devido ao Fisco, e que sequer se sujeita ao concurso de credores, na forma do art. 187 do CTN.

112. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas informaram não se opor à divergência, desde que os valores estejam atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, *o que não se verifica*.

113. Assim, este Administrador Judicial rejeita a divergência, mantendo-se os créditos na forma como listados na classe III (quirografários), individualmente em favor de Antônio Aparecido Metti e Elizabeth Dealis Bernardo.

III.2.j Della Via Pneus Ltda.

114. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Della Via Pneus Ltda., através de correio eletrônico, por meio da qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, no valor de R\$ 14.163,18 (catorze mil cento e sessenta e três reais e dezoito centavos), na classe III (quirografários), aduzindo que a quantia correta corresponde a R\$ 19.768,50 (dezenove mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

115. A Requerente afirma que seu crédito tem origem em notas fiscais de venda de mercadorias à Recuperanda Pneus Valetão, que restaram inadimplidas. Em anexo à divergência, foram anexadas as Notas Fiscais nº 53568, 54034, 55031, 55158, 55271, 55358, 55377, 50756, além dos canhotos de recebimento das mercadorias das NFs 55031, 55158, 55358, 55377, 50756, sendo possível atestar, ainda, que se trata de crédito com fato gerador anterior ao pedido de recuperação judicial, 13 de maio de 2024.

116. Não obstante a apresentação da documentação *supra*, a credora não apresentou todos os canhotos que comprovam o recebimento das mercadorias, bem como planilha de atualização do seu crédito até a data do pedido de recuperação judicial, 13 de maio de 2024, conforme determina o art. 9º, II, da Lei 11.101/2005.